

RESENHA

CLASS, ETHNICITY AND COMMUNITY IN SOUTHERN MEXICO:
OAXACA'S PEASANTRIES
COLIN CLARKE, OXFORD: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2000, 307 P.

Nesta obra, Colin Clarke respeita a tradição anglo-saxônica de cunho empirista sem, contudo, ignorar as bases conceituais e teóricas que permitem estabelecer relações e fundamentar sua interpretação. Publicado em 2000 pela Oxford University Press, o livro integra uma nova série, denominada Geografia e Meio Ambiente. Com uma proposta de incentivar e difundir os resultados de pesquisas, desde sua concepção, tenham como fundamento uma análise compreensiva de questões atuais, articulando diferentes disciplinas, e adotem perspectivas variadas para explorar essas questões. Nessa perspectiva, Clarke realizou um estudo bastante completo que, em quatro partes, traçou a evolução do campesinato mexicano na região de Oaxaca,¹ terminando com uma discussão que busca articular classe, etnicidade, comunidade e migração à luz de uma teoria social.

A estrutura do livro reflete a idéia central do autor: em comunidades rurais isoladas e arraigadas à herança secular dos antepassados, a cultura torna-se elemento crucial de identidade, meio de resistência e de representação socioespacial. Desde o início, uma primeira questão associa-se a essa idéia: que contornos assumem as mudanças culturais contemporâneas nesses locais? Clarke apresenta algumas pistas, sem, contudo, fornecer uma resposta definitiva.

Na primeira parte, o autor dedica-se à evolução histórica do campesinato mexicano. Os dois capítulos que a compõem têm como fundamento de sua estruturação o corte temporal que caracterizou rupturas importantes no plano institucional da história do México. O primeiro

1. A região de Oaxaca compreende 570 municípios com mais de 15 grupos lingüísticos.

corresponde ao período colonial e o imediato pós-independência (1520 e 1920), o segundo trata do período pós-revolucionário (1920-1970). No primeiro capítulo – Peasantries in Colonial and Post-Independence Oaxaca –, o autor evidencia as origens étnico-lingüísticas do campesinato, bem como sua progressiva incorporação ao estado espanhol e a formação do que considera uma estratificação racial como consequência de uma conquista "pacífica". O rigor descritivo esbate-se, em alguns momentos, em uma certa simplificação. Segundo Clarke (p.15),

uma das consequências da conquista pacífica foi que os nobres dos grupos Zapoteca e Mixteca, que aceitaram o catolicismo romano, foram incorporados nas regras da classe branca... Diferente do que ocorreu em Chiapas, cultura e classe social na região de Oaxaca, puderam transcender a barreira racial.

No segundo capítulo, Peasantries in Post-Revolutionary Oaxaca: the state and development (1920-1970), o foco é direcionado para a supremacia política do Partido Revolucionário Institucional (PRI), as primeiras tentativas de reforma agrária após a revolução mexicana, os problemas relacionados à segregação racial e os fluxos econômicos apoiados pelas relações entre grupos étnicos. Esses aspectos são bastante ilustrados por mapas, tabelas e diagramas.

A segunda parte – Peasants, Commercialization and Urbanization – está organizada em três capítulos. A diversificação da produção e atividades econômicas em relação ao quadro físico é analisada no capítulo 3. Essa diversificação é retomada no capítulo 4, no qual o autor descreve as inter-relações entre hierarquia das comunidades rurais, mercados regionais e rotação semanal dos mercados varejistas, indicando suas principais transformações no tempo e no espaço. Finalizando essa parte, o capítulo 5 dedica-se aos problemas das migrações internas (campo-campo, campo-cidade) associando-os ao processo de urbanização e proletarianização. Essas duas partes se completam

e fornecem ao leitor uma síntese eficiente da evolução socioespacial da região de Oaxaca. Bem fundamentada e ilustrada, consiste em importante fonte de informação.

Na terceira parte, discute-se comunidade e política. A partir do capítulo 6, Clarke desenvolve uma narrativa analítica incorporando às características dos processos anteriormente descritos a destruição/reconstrução de símbolos e da identidade étnica na região. Partindo da pluralidade lingüística, característica da própria sociedade mexicana, o autor mostra como idioma e etnicidade configuram as bases da identidade e podem constituir, ao mesmo tempo, instrumento de resistência, segregação e marginalização.

Para o autor, a questão essencial na região de Oaxaca reside na predominância de um grupo étnico-lingüístico como função identitária que projeta-se como resistência à completa amalgamação à "cultura espanhola" e segurança social nas comunidades indígenas. Tais comunidades recebem, obviamente, a influência da "cultura contemporânea" através dos agentes de intermediação responsáveis pela difusão de símbolos e valores: professores, técnicos agrícolas, funcionalismo público. O confronto de valores é analisado por pontos e contrapontos, enfatizando a oposição índio *versus* mestiço: os primeiros valorizando o trabalho agrícola, as relações de reciprocidade e identificando a mestiçagem como proletarianização e perda da segurança social proporcionada pela comunidade; os segundos desvalorizam o trabalho agrícola e arraigam-se ao bilingüismo como possibilidade de mobilidade socioeconômica.

No capítulo 7, o autor analisa a representação política na região de Oaxaca opondo as instâncias civil e religiosa. O papel de cada uma dessas instâncias e o confronto entre ambas encontra igualmente suas origens na permanência da cultura indígena, principalmente nas comunidades localizadas nas altitudes elevadas. Nesse momento, Clarke associa, de forma explícita, fisiografia e cultura (mesmo que essa última permaneça em uma

certa fluidez quanto à sua definição). Trabalhando a oposição entre comunidade fechada e aberta, o autor compara essas comunidades, adotando como critério as condições de acesso aos recursos, especialmente o acesso à terra. Nas comunidades fechadas, a hierarquia religiosa "aproveita-se" da cultura indígena para regular o acesso e o uso das terras comunitárias, sistema crucial para sua sobrevivência. Nas comunidades abertas, predomina a hierarquia civil, sendo, portanto, o acesso à terra assegurado pelo direito civil. Nesse último caso, impõe-se a propriedade privada como essência de um sistema agrícola de exportação. Esses pares de oposição retornam no capítulo 8 para a análise das relações entre a elite econômica e a política partidária, primeiro sob a hegemonia do PRI e, posteriormente, sob a erosão dessa hegemonia e o fortalecimento de forças políticas de oposição. Mais uma vez, a etnicidade e o idioma emergem como importantes elementos da cultura para a explicação das mudanças observadas na correlação de forças políticas.

O caminho seguido pelo autor dirige-se no capítulo conclusivo para uma teoria social relacionando classe, etnicidade, comunidade e migração. O trabalho de M. G. Smith (1984), *Culture, Class and Race in the Caribbean*, que articula pluralidade cultural, social e estrutural exerce influência particular no desenvolvimento das idéias expostas nesse capítulo. Assim, classes sociais estariam, sob certas circunstâncias, subordinadas às estruturas dominantes que, por sua vez, são culturalmente determinadas. A pluralidade cultural manifestada na organização familiar, social, política e econômica, para Clarke, acaba por deslocar o genótipo: o índio, como grupo, tem sido tratado de modo diferente pelos distintos governos no que diz respeito à posse da terra, sua posição nas políticas educacional-lingüística e de desenvolvimento regional. As políticas que tentaram favorecer o indigenismo e que pretenderam assegurar vantagens *de jure* acabaram por encobrir desvantagens *de facto*. Como camponeses, esse

mesmo grupo étnico consiste no estrato mais desfavorecido da estrutura social mexicana.

No livro, abordam-se importantes pontos e conceitos relacionando cultura e estrutura socioespacial, constituindo um trabalho cuidadoso apoiado em ampla bibliografia. Das idéias apresentadas anteriormente, levantam-se algumas questões que merecem uma reflexão cuidadosa sobre o papel da cultura em escalas mais amplas que o local. Parece-nos que a perspectiva adotada pelo autor conduz à idéia geral de que uma "cultura" que sobrevive em comunidades fechadas pode constituir-se num elemento fundamental do território: autodeterminação. A identidade, nesse caso, alimenta-se da exclusão de facto. Em certa passagem, o autor afirma que ser considerado (ou considerar-se) índio depende da manutenção de uma fronteira lingüística demarcada pelo indivíduo e pela comunidade (p.164). Cabe aqui perguntar-se se, nesse contexto, o conteúdo cultural estaria dentro da comunidade, cuja organização espacial reflete o próprio conteúdo que a define. A comunidade suporia, então, a existência de um conjunto de características cujo elemento determinante de sua identidade seria o idioma? Essa linha de argumentação não estaria reproduzindo, de certo modo, um subjetivismo ideal refletido em expressões como usos e costumes, valores culturais, indigenismo? A análise por pares de oposição constituiria uma eficiente abordagem para se compreender a cultura como processo enraizado em um "microterritório" e, portanto, reproduzível apenas nessa escala? Lamenta-se que o autor não tenha explorado mais profundamente as raízes e o significado do termo cultura bem como a ênfase atribuída ao idioma como manifestação primeira, mas não exclusiva, de resistência e segregação socioespaciais.

Gisela Aquino Pires do Rio
Departamento de Geografia/UFRJ